

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

O Estado de S.Paulo

Receita acusa CBF de sonegar imposto

O Estado de S. Paulo - 17/09/2015

Raphael Ramos

A CBF é acusada pela Receita Federal de ter sonegado tributos por mais de três anos durante a gestão de Ricardo Teixeira. A entidade não teria pago o percentual de 11% referente às contribuições sociais (INSS) sobre o valor bruto de notas fiscais emitidas por diversas empresas prestadoras de serviço contratadas durante a administração de Teixeira, inclusive com cessão de mão de obra.

De acordo com a Receita Federal, os períodos em que a CBF não pagou as contribuições são: de janeiro de 2002 a janeiro de 2003, de abril de 2003 a janeiro de 2004, de março de 2004 a junho de 2005 e setembro de 2005. A CBF não admite a dívida e recorreu da cobrança ao **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

O caso estava parado desde outubro de 2012, cinco meses depois de Ricardo Teixeira deixar a presidência da CBF para a entrada de José Maria Marin. Em junho deste ano, já com Marco Polo Del Nero como presidente da CBF, o processo voltou à pauta do **Carf** e a decisão final sobre o caso deve sair nos próximos meses.

O Estado teve acesso à parte da defesa apresentada pela CBF no **Carf**. O Ministério da Fazenda, responsável pelo órgão, não divulga os valores que a entidade teria sonegado. Ao Estado, a pasta justificou apenas que o caso "goza da proteção do sigilo fiscal previsto no Código Tributário Nacional".

A CBF alegou que as empresas contratadas por ela faziam parte do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) e, portanto, não havia obrigação de recolher 11% dos valores pagos ao INSS. A CBF também afirmou que os serviços não foram prestados de forma contínua. Por isso, não caracterizava cessão de mão de obra.

No processo, os serviços prestados pelas empresas contratadas pela CBF são descritos somente como "Manutenção da Granja Comary", "Credenciamento" e "Treinamento", sem qualquer detalhamento dos trabalhos executados.

O conselheiro do, **Carf**, Damião Cordeiro de Moraes, relator do processo, aceitou a tese da CBF, mas foi voto vencido. O voto vencedor foi do conselheiro Adriano Gonzales Silvério, redator designado.

Ele explica que pediu para ter acesso completo ao processo para poder examinar melhor a defesa da CBF e acabou verificando que as empresas citadas, apesar de se declararem como integrantes do Simples, não constavam no registro do sistema durante o período em que prestaram os serviços.

Diante das divergências de informações constatadas por ele, foi pedido, então, para que o Fisco apontasse, com provas documentais, quais empresas de fato estavam enquadradas no Simples à época que foram contratadas pela CBF para que, assim, fosse dado prosseguimento ao processo.

O caso agora aguarda distribuição entre as câmaras do **Carf** para voltar a ser analisado pelos conselheiros do órgão. Procurada pelo Estado, a CBF informou que não se pronunciará sobre o assunto.

Histórico. Essa não é a primeira vez que a CBF enfrenta problemas com a Receita Federal. Em 2009, também na gestão de Ricardo Teixeira, a entidade foi autuada e pagou R\$\$ 3 milhões após acusação por sonegação de Imposto de Renda.

O dirigente teria usado despesas com escritórios de advocacia, viagens e hospedagem de jornalistas, membros do Judiciário e até familiares de dirigentes ligados à entidade para abater no pagamento de Imposto de Renda.

Augusto Nardes, relator das contas de Dilma no TCU, se diz ameaçado

17/09/2015

Por Luís Lima

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, relator das contas do governo de 2014, tem afirmado que está recebendo ameaças - e que, se algo ruim acontecer a ele, o governo pode sair prejudicado. "Não estou acusando ninguém, mas temos que trabalhar com tranquilidade," afirmou, em entrevista por telefone. "Não tenho nada contra nenhum presidente. Meu trabalho é prestar contas à sociedade." Em nota, a assessoria de imprensa do Tribunal informou que já chegaram ao gabinete de Nardes mais de 13.000 e-mails. "A grande maioria com mensagens solicitando a rejeição das contas, mas muitas ofensas pessoais, palavras de baixo calão, ofensas aos familiares e ameaças, como a frase 'vamos acabar com você.'"

Em meio à pressão, o ministro solicitou à Secretaria Geral da Presidência do TCU que seu deslocamento em Brasília fosse acompanhado por uma escolta. Além disso, em vez de um, dois seguranças fazem a proteção da residência do Ministro. Segundo ele, seus familiares também são alvo de ameaças, o que o faz estudar medidas para protegê-los. "Ainda que tenha segurança em casa, talvez, no futuro, solicite a segurança pessoal deles", diz. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, diz o ministro, foram acionadas para que, em cidades onde haja risco ou alta criminalidade, também haja escolta.

Nardes afirma que, no última fim de semana, houve uma série de ataques voltados à equipe técnica do tribunal. "Eu, pessoalmente, já vinha sofrendo ameaças, mas os auditores técnicos ainda não. Também pedi para a presidência do tribunal reforçar a segurança deles", citou. Em conversa com um secretário, cujo nome Nardes preferiu não citar, o auditor disse que chegou a ser sabatinado com diversas questões pessoais pela internet. "A pressão faz parte do jogo democrático, mas a equipe técnica não podia sofrer esse tipo de consequência", diz.

O relator já manifestou a intenção de votar pela rejeição das contas de Dilma. Na sexta-feira passada, a defesa da presidente apresentou a última defesa para os indícios de irregularidades levantados pelo TCU, entre eles, as chamadas "pedaladas fiscais". No total, o Tribunal questionou 15 pontos sobre as contas da presidente. Após uma análise técnica, o voto de Nardes será levado a julgamento em plenário, que deve ocorrer na sessão de 14 ou 21 de outubro

Entre as principais acusações a Dilma estão as pedaladas e a liberação de créditos orçamentários sem a aprovação do Congresso. A primeira manobra consiste no repesamento de recursos da União a bancos públicos, que ficaram obrigados a arcar com o pagamento de benefícios como seguro-desemprego e o Bolsa Família. A defesa do governo nega irregularidades, alegando que a prática já existia em anos anteriores.

Zelotes

Citado na Operação Zelotes, que apura esquema de corrupção e tráfico de influência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o ministro voltou a afastar acusações de envolvimento. Os investigadores da Polícia Federal teriam chegado a Nardes ao seguir o dinheiro recebido por um escritório do advogado José Ricardo da Silva, que prestava serviços de consultoria a empresas suspeitas de pagar suborno a conselheiros do Carf. Recursos dessa consultoria teriam sido transferidos a uma firma - a Planalto Soluções e Negócios - que teve o ministro como sócio.

"A empresa está parada há mais de cinco anos. Não acompanho mais e não há nenhum fato novo, até onde eu sei", diz. Nardes acrescenta que foi sócio da Planalto Soluções e Negócios com o seu sobrinho, o advogado Carlos Juliano Ribeiro Nardes, mas se desligou formalmente da empresa em maio de 2005, alguns meses antes de tomar posse no TCU.

Em meio à pressão, o ministro solicitou à Secretaria Geral da Presidência do TCU que seu deslocamento em Brasília fosse acompanhado por uma escolta. Além disso, em vez de um, dois seguranças fazem a proteção da residência do Ministro. Segundo ele, seus familiares também são alvo de ameaças, o que o faz estudar medidas para protegê-los. "Ainda que tenha segurança em casa, talvez, no futuro, solicite a segurança pessoal deles", diz. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, diz o ministro, foram acionadas para que, em cidades onde haja risco ou alta criminalidade, também haja escolta.

Nardes afirma que, no última fim de semana, houve uma série de ataques voltados à equipe técnica do tribunal. "Eu, pessoalmente, já vinha sofrendo ameaças, mas os auditores técnicos ainda não. Também pedi para a presidência do tribunal reforçar a segurança deles", citou. Em conversa com um secretário, cujo

nome Nardes preferiu não citar, o auditor disse que chegou a ser sabatinado com diversas questões pessoais pela internet. "A pressão faz parte do jogo democrático, mas a equipe técnica não podia sofrer esse tipo de consequência", diz.

O relator já manifestou a intenção de votar pela rejeição das contas de Dilma. Na sexta-feira passada, a defesa da presidente apresentou a última defesa para os indícios de irregularidades levantados pelo TCU, entre eles, as chamadas "pedaladas fiscais". No total, o Tribunal questionou 15 pontos sobre as contas da presidente. Após uma análise técnica, o voto de Nardes será levado a julgamento em plenário, que deve ocorrer na sessão de 14 ou 21 de outubro

Entre as principais acusações a Dilma estão as pedaladas e a liberação de créditos orçamentários sem a aprovação do Congresso. A primeira manobra consiste no represamento de recursos da União a bancos públicos, que ficaram obrigados a arcar com o pagamento de benefícios como seguro-desemprego e o Bolsa Família. A defesa do governo nega irregularidades, alegando que a prática já existia em anos anteriores.

Zelotes

Citado na Operação Zelotes, que apura esquema de corrupção e tráfico de influência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o ministro voltou a afastar acusações de envolvimento. Os investigadores da Polícia Federal teriam chegado a Nardes ao seguir o dinheiro recebido por um escritório do advogado José Ricardo da Silva, que prestava serviços de consultoria a empresas suspeitas de pagar suborno a conselheiros do Carf. Recursos dessa consultoria teriam sido transferidos a uma firma - a Planalto Soluções e Negócios - que teve o ministro como sócio.

"A empresa está parada há mais de cinco anos. Não acompanho mais e não há nenhum fato novo, até onde eu sei", diz. Nardes acrescenta que foi sócio da Planalto Soluções e Negócios com o seu sobrinho, o advogado Carlos Juliano Ribeiro Nardes, mas se desligou formalmente da empresa em maio de 2005, alguns meses antes de tomar posse no TCU